



Programa Paraná mais orgânico – núcleo de certificação de produtos orgânicos da Universidade Estadual de Ponta Grossa
Paraná More Organic Program - Center for Organic Product Certification of the State University of Ponta Grossa

GOMES, Aline L.¹; MELLO, Isabela R.²; PAES, Fernanda A.³; Marques, Gabriela G.⁴; SKOWRON, José B.O.⁵; ROCHA, Carlos H.⁶;

¹ Núcleo UEPG, aline.lima.gomes2014@gmail.com; ² Núcleo UEPG, isabelarmello44@gmail.com; ³ Núcleo UEPG, fernanda.arruda.paes@gmail.com; ⁴ Núcleo UEPG, gabigomesm@hotmail.com; ⁵ Núcleo UEPG, juniorskowron2@gmail.com; ⁶ Universidade Estadual de Ponta Grossa, chrocha@uepg.br

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: O Núcleo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) atua no Programa Paraná Mais Orgânico (PMO) desenvolvendo assistência técnica e extensão rural (ATER) para agricultores familiares interessados na certificação da produção orgânica. O objetivo do presente relato é apresentar a experiência do núcleo na obtenção da certificação de origem vegetal através do apoio aos agricultores. Fazer parte do programa Paraná Mais Orgânico enquanto técnico graduado possibilita vivências de suma importância para a formação técnica e humana. A região de atuação contempla 329 certificados entre a certificação por auditoria e participativa. Esta última com maior aderência dos agricultores. Conclui-se que o PMO enquanto política pública contribuiu para que o Paraná se tornasse o estado com maior número de agricultores orgânicos certificados. No entanto, a dinâmica de trabalho entre coordenadores e técnicos e a estrutura operacional do Programa são apontadas como gargalos.

Palavras-Chave: agricultura familiar, desenvolvimento rural sustentável, política pública

Contexto

O Núcleo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) atua no Programa Paraná Mais Orgânico (PMO) coordenado pelo Laboratório de Mecanização Agrícola (Lama). Por meio de parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) e o IDR-Paraná fomenta a certificação de produtos orgânicos para a agricultura familiar na região.

O presente relato ocorreu no municípios de atuação do Núcleo UEPG que são Lapa, Palmeira, São Mateus do Sul, São João do Triunfo, Antônio Olinto, Castro, Ponta Grossa, Antonina, Teixeira Soares, Ortigueira, Imbaú, Curiúva, Prudentópolis, Tijucas do Sul, São José dos Pinhais, Cândido de Abreu, Reserva e Tibagi promovendo a certificação participativa por meio do Núcleo Maria Rosa da Anunciação (Rede Ecovida) e a certificação por auditoria por meio do Tecpar desde



2009 em sua primeira fase e tendo a sexta fase aprovada em 2023 vigente até 2026.

Quanto aos incentivos institucionais pode-se citar também a Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009) que tornou obrigatório o investimento de no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), onde é prevista bonificação de 30% para produtos certificados como orgânicos.

O Estado, através da Lei 16.751/10 (BRASIL, 2010), pretende tornar a merenda escolar no âmbito do Sistema Estadual de Ensino Fundamental e Médio 100% orgânica até 2030. Políticas públicas como estas promovem a alimentação mais natural e menos processada, portanto mais saudável, bem como viabilizam mercados para esses produtores, promovendo desenvolvimento rural (MACHADO; SILVA, 2004). O que torna ainda mais relevante e necessário o desenvolvimento de ATER para apoiar os agricultores familiares na expansão da agricultura orgânica.

Os trabalhos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) realizados pelo Núcleo UEPG no PMO, tem como objetivo auxiliar agricultores familiares a obterem a certificação de produtos orgânicos de origem vegetal, animal e de agroindústrias. Procura-se mitigar as dificuldades dos agricultores para a adequação das propriedades quanto às exigências da legislação da produção orgânica. Atende-se assentamentos da reforma agrária, cooperativas, associações, prefeituras e propriedades particulares.

O relato contribui para o eixo temático políticas públicas e agroecologia uma vez que demonstra um programa financiado e articulado por entidades do governo do Estado especificamente para agricultores familiares que através da certificação orgânica garantem renda, qualidade de vida e desenvolvimento rural sustentável. Nesse contexto, a equipe atua de forma participativa na ATER, valorizando o conhecimento dos agricultores e respeitando aspectos culturais e sociais de cada propriedade.

Descrição da Experiência

Os mecanismos de avaliação da conformidade orgânica utilizados são a certificação por auditoria (individual) ou participativa levando em consideração a realidade e o perfil de cada agricultor. As demandas de agricultores interessados na certificação se dão de forma direta por meio da divulgação do programa pela participação dos técnicos em diversas atividades voltadas para agricultores familiares.

A metodologia utilizada é a pesquisa-ação onde através da escuta e do diálogo nas visitas aos agricultores obtêm-se os dados necessários para proceder o processo de certificação e mitigar as dificuldades na adequação aos requisitos da legislação. Esta metodologia permite a atuação dos técnicos de forma dinâmica e adaptável às diferentes realidades que se apresentam. É útil também na transmissão das



informações entre novos técnicos que entram no programa e outros que saem devido à grande rotatividade dos técnicos.

A partir do momento em que se estabelece o interesse do agricultor ou grupo de agricultores pela certificação orgânica, marca-se uma visita à propriedade. A visita inicia-se com o diálogo sobre o manejo orgânico para saber qual o nível de conhecimento dos agricultores sobre a produção orgânica e quais os pontos que precisarão ser trabalhos mais especificamente. A partir daí faz-se o planejamento de atividades de formação e extensão de acordo com as necessidades e objetivos de cada agricultor ou comunidade.

Nesse primeiro contato a escuta ativa é primordial no intuito de desenvolver a melhor abordagem para tratar da certificação com o agricultor. Tendo em vista o receio prévio diante da legislação, acolher os agricultores através da escuta, demonstra a inteira disposição e apoio por parte dos técnicos para que o processo seja tranquilo e as possíveis adequações na propriedade compatíveis com as possibilidades dos agricultores.

Em seguida elabora-se o estudo de caso, que é o documento preliminar que contém as informações gerais da propriedade e os documentos necessários para a certificação. Juntamente com o agricultor o mapeamento da propriedade é elaborado de acordo com a forma de organização pessoal deste. Requisitos básicos de legenda e separação em cores dos talhões e limites das propriedades são padronizados, mas a forma de distribuição dos talhões e a nomeação deles é determinada pelo agricultor.

Durante a elaboração do mapa da propriedade pelo técnico há diálogo de saberes onde a visão do agricultor sobre a sua propriedade é a base para a organização do croqui. É o agricultor que decide como o mapa e a divisão dos talhões vão ser organizados. Cabe ao técnico traduzir em forma de croqui por meio da ferramenta Google Earth® o que o agricultor sabe de cabeça.

O caderno de campo é elaborado junto ao agricultor cabendo aos técnicos pontuar os elementos necessário à composição dos registros com base no croqui elaborado anteriormente. Há também planilhas prontas para o fácil preenchimento para que os agricultores possam criar o hábito de fazer o caderno de campo de forma simples e eficiente. Este contém informações como data, plantio, colheita, aplicação de caldas e produtos com a dose aplicada, aplicação de fertilizantes e quantidade utilizada e registro de venda dos produtos.

Com o estudo de caso e o plano de manejo prontos juntamente com os documentos do agricultor envia-se ao Tecpar para análise e eventual correção nos padrões elencados pela certificadora. Quando os documentos são aprovados, começa a contar o período de acompanhamento de seis meses exigidos pela Portaria nº 52. Cumprido esse período, agenda-se a inspeção ou olhar externo inicial, na qual um inspetor ou agricultor externo é designado pela certificadora para verificar a conformidade com a legislação orgânica da propriedade como um todo. Depois de



passar por todos os processos cabíveis emite-se o certificado de produção orgânica com validade de um ano.

No caso da certificação participativa o “olhar externo” faz o papel da inspeção, porém com uma abordagem educativa e pedagógica feita pelos próprios agricultores de um grupo diferente àquele que está sendo avaliado. A participação dos técnicos é pontual, sendo solicitada pelos agricultores quando há alguma dúvida. Estimula-se que sejam agricultores a maior parte dos avaliadores do olhar externo para desenvolver autonomia entre eles.

Percebe-se a necessidade de ATER para a obtenção da documentação necessária como a dispensa de outorga de água e a declaração de período de conversão, que na maioria dos casos envolve procedimentos administrativos que muitas vezes inviabilizam e desmotivam os agricultores na obtenção do certificado. Bem como para a formação dos agricultores sobre a legislação e como ela é interpretada, principalmente com as mudanças trazidas pela Portaria nº 52 que estabeleceu exigências em relação a utilização de mudas e sementes orgânicas. Através da ATER cria-se uma relação de confiança com o agricultor, por meio dela os técnicos buscam compreender as necessidades e pensar em estratégias para contribuir com cada agricultor de forma a sanar suas dúvidas e demandas.

Em relação às potencialidades há um grande número de agricultores familiares que por terem propriedades de menor área e produção diversificada principalmente de hortaliças estão inseridos nos programas institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que bonifica a produção orgânica e garante renda e desenvolvimento rural sustentável, uma vez que possibilita a expansão da agricultura orgânica e suas práticas com menor impacto ambiental principalmente em relação ao uso de agrotóxicos. Obtendo a certificação gratuita e com apoio dos técnicos do Programa Paraná Mais Orgânico muitos produtores conseguem acessar a certificação de forma mais ágil, agregam valor nos seus produtos e aumentam sua qualidade de vida (ROCHA et al., 2011).

Resultados

Desde a fundação do Núcleo UEPG em 2009 os técnicos do Lama atuam nos municípios da região. No princípio dos trabalhos foram elaborados mapeamentos de propriedades rurais familiares nestes municípios que permitiram a elaboração de estudos de caso, planos de manejo e cadernos de campo junto aos agricultores. Na época 145 propriedades foram acompanhadas resultando em 11 propriedades certificadas (VRIESMAN, 2012).

A comunidade do Assentamento Contestado localizado na Lapa/PR juntamente com a cooperativa Terra Livre representam grandes parceiros que proporcionaram a elaboração e execução de diversos projetos e muito aprendizado aos técnicos do Lama, dessa forma reafirmando os laços de parceria até os dias atuais.

Tendo em vista o histórico estabelecido pelo trabalho do Lama, a continuidade do ano de 2021 até o momento se deu de forma natural baseada nas relações criadas anteriormente pela equipe. Uma vez que a relação de confiança com os agricultores



e outros órgãos institucionais estavam bem estabelecidas, já havia uma abertura destes para que o trabalho fluísse resultando em mais propriedades certificadas.

A certificação participativa pela Rede Ecovida por meio do núcleo Maria Rosa da Anunciação tem se expandido e tecnificado com a certificação de um viveiro de mudas para atender às exigências da Portaria nº 52 quanto a distribuição de mudas orgânicas aos agricultores da região. Sendo este um exemplo de sucesso que contribui para a continuidade dos agricultores familiares na certificação facilitando o seu acesso a mudas orgânicas e promovendo a formação destes por meio de cursos e visitas técnicas.

Nota-se que a quantidade de agricultores certificados de forma participativa é substancialmente superior (Tabela 1), o que se deve ao caráter educativo da certificação participativa. O Sistema Participativo de Garantia (SPG) permite a tomada de decisão sobre a conformidade orgânica de maneira compartilhada entre agricultores, consumidores, técnicos e comerciantes.

Outra característica que torna a aderência a esse tipo de certificação maior é que o OPAC (Organismo Participativa de Avaliação da Conformidade) pode prestar assistência técnica aos agricultores orientando sobre como aprimorar o sistema de produção e comercialização, o que não ocorre para OAC (Organismo de Avaliação da Conformidade) na certificação por auditoria que apenas fiscaliza e notifica as não conformidades. Portanto o SPG promove o fortalecimento da agroecologia e o diálogo de saberes entre todos os sujeitos da produção, comercialização e assistência técnica (VRIESMAN, 2012).

Tabela 1: Número de agricultores certificados por auditoria e participativa na região atendida pelo Núcleo UEPG

Paraná Mais Orgânico - Núcleo UEPG	
Certificação por auditoria	Certificação participativa
18 de produção vegetal	195 de produção vegetal
40 agricultores	7 de agroindústria
8 estudos de caso aprovados	1 de viveiro de mudas
	10 de sementes
	311 agricultores

Fonte: Acervo do Laboratório de Mecanização Agrícola, 2023

Fazer parte do programa Paraná Mais Orgânico enquanto técnico graduado possibilita vivências de suma importância para a formação técnica e humana. Novos desafios se apresentam a cada propriedade, agricultor e região atendidas pelo PMO. Esta é uma experiência rica em diversidade que provoca a criatividade e permite criar soluções para atender as mais diversas demandas num contexto de poucos recursos financeiros, mas infinitos recursos imateriais de conhecimento e sabedoria de cada agricultor acompanhado. Muitos agricultores familiares só puderam conhecer e obter o certificado de produção orgânica por meio do Paraná Mais Orgânico.

No entanto há alguns gargalos principalmente sobre a estrutura de trabalho dos técnicos. Em alguns núcleos de certificação há carros pouco adequados para



trafegar na área rural agravado pelo baixo orçamento previsto para a manutenção dos veículos. Esse cenário traz sérios riscos à segurança dos técnicos e limita a sua atuação em propriedades de difícil acesso. Dificuldades de natureza administrativa também ocorrem nos núcleos como a falta de clareza sobre as metas do programa e a dinâmica de trabalho que fica a critério da abordagem pessoal de cada coordenador. A subjetividade sobre a dinâmica de trabalho resulta em ruídos de comunicação e conflitos prejudicando a formação de uma equipe consistente pela rotatividade de técnicos.

A realização de reuniões periódicas entre técnicos é primordial para estabelecer um diálogo prolífico entre comitê gestor, coordenadores e SETI. Por meio da articulação de demandas dos técnicos e trocas de experiências entre os núcleos é possível criar uma dinâmica de trabalho justa entre coordenadores e técnicos, visto que todos os envolvidos no programa são essenciais para que o processo de certificação e expansão da agricultura familiar no Paraná.

Agradecimentos

Ao Governo do Estado do Paraná e à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) pelo auxílio financeiro.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004 e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 17 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº 16.751, de 29 de dezembro de 2010. Institui a alimentação escolar orgânica no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio. Decreto nº 4.211. **Diário Oficial da União**. Brasília, 29 dez. 2010.

MACHADO, Melise D.; SILVA, Andrea L. DA. Distribuição de produtos provenientes da agricultura familiar: um estudo exploratório da produção de hortaliças. **Organizações Rurais e Agroindustriais / Rural and Agro-Industrial Organizations**, v. 06, n. 1, p. 67–80, 2004.

ROCHA, Carlos H.; WEIRICH NETO, Pedro H.; VRIESMAN, Alice K.; MOURA, Ivan C.F.; OKUYAMA, Kássio K. **Certificação de produtos orgânicos na região centro sul do Paraná**. In: **Certificação pública de produtos orgânicos: a experiência paranaense**. MICHELLON, Ednaldo; ROSA, G.M.; KAWAKAMI, Jackson; BRANCO, Kemely B.Z.F.; CARVALHO, Tânia M.M. Clichetec, Maringá, 2011.

VRIESMAN, Alice K. et al. Assistência técnica e extensão rural para a certificação de produtos orgânicos da agricultura familiar. **Revista Conexão UEPG**, v. 8, n. 1, p. 138-149, 2012.